



Circular nº 21/2012

21 de Novembro de 2012

Assunto: Decreto-Lei nº 56/2011 - REGISTO E COMUNICAÇÃO ANUAL DE DADOS de manuseamento de fluidos frigorigéneos com efeito de estufa (F-Gases) e Regulamento (CE) nº 1005/2009 - DETECÇÃO DE FUGAS E REGISTO DE DADOS de manuseamento de fluidos frigorigéneos que afectam a camada de ozono (ODS)

Caros Associados,

Relativamente ao manuseamento de fluidos frigorigéneos, quer F-Gases (gases fluorados com efeito de estufa) quer ODS (substâncias que empobrecem a camada de ozono), vimos chamar a vossa especial atenção para as obrigações a que os vossos clientes estão sujeitos no que respeita ao registo de dados relativos às quantidades de fluido manuseadas sejam quantidades adicionadas a cada circuito frigorífico, sejam quantidades de fluidos recuperadas para efeitos de reciclagem ou destruição.

Assim é que, relativamente aos operadores (leia-se proprietários ou detentores) de equipamentos que contêm F-Gases, estes têm a obrigação de anualmente comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), as quantidades de fluidos manuseadas anualmente pelas empresas de instalação, manutenção ou assistência técnica, através dos seus técnicos devidamente certificados.

Relativamente às quantidades manuseadas de fluidos frigorigéneos ODS pelos Técnicos certificados das Categorias A, B ou C inseridos em empresas de AVAC&R, as empresas clientes que explorem equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor devem manter um registo actualizado dessas quantidades de fluido, não sendo, no entanto, obrigadas a comunicar à APA esses registos.

Temos assim, dois casos distintos e que passamos a clarificar:

CASO I

Registo e Comunicação de Dados a transmitir anualmente à APA, relativamente às quantidades manuseadas de fluidos HFC, gases fluorados com efeito de estufa (F-Gases)

O Decreto-Lei nº 56/2011 prevê, no seu Art.º 4º a comunicação anual de dados à APA, por parte dos operadores (leia-se proprietários ou detentores) dos equipamentos de AVAC&R, que aqui se reproduz:

Artigo 4.º

Comunicação de dados

1 - Até ao dia 31 de Março de cada ano, os operadores identificados no presente artigo comunicam à APA, através do Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), acessível também através do Portal da Empresa e do Portal do Cidadão, os dados referidos no presente artigo, relativos ao ano civil anterior.

2 - Os dados referidos no n.º 1 do Artigo 6.º do Regulamento, designadamente os quantitativos de gases fluorados com efeito de estufa introduzidos no mercado ou encaminhados para destino final, são comunicados pelos operadores à APA.

3 - Os operadores de equipamentos fixos de refrigeração que executam as actividades previstas nos nºs 1 e 2 do Artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 303/2008 em equipamentos fixos de refrigeração e bombas de calor que contêm gases fluorados com efeito de estufa comunicam:

a) A quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenham instalado (kg);

b) A quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenham recuperado para efeitos de recarga (kg);

c) A quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenham recuperado para efeitos de regeneração ou destruição (kg).

A este respeito, a APIRAC informa os Associados que os seus clientes em geral, desde que tenham pedido o serviço de Técnico Certificado em F-Gases para intervenção nas suas instalações em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor, devem comunicar à APA, até 31 de Março de 2013, as quantidades de fluidos frigorigéneos da família dos HFC adicionadas e recuperadas dos seus equipamentos, quer para efeitos de reutilização, quer de destruição, relativas ao ano de 2012.

Para este efeito, é necessário que cada cliente possua uma **Ficha Registo de Aplicação/ Equipamento (ficha RAE)**, por cada circuito frigorífico, [de que se anexa modelo (**Anexo 1**)], nas quais são anotadas as intervenções efectuadas pelo Técnico Certificado em F-Gases, onde são



incluídas as quantidades de fluido manuseadas por cada ano civil, valores retirados das Fichas de Intervenção do CENTERM, em que um dos exemplares fica na posse do cliente. Até 31 de Março de 2013 cada cliente tem de enviar a Comunicação de Dados em ficha própria, [de que se anexa modelo (**Anexo 2**)], onde se resumem as quantidades de fluido adicionadas e recuperadas em 2012.

Notas:

- 1.1 *Ambas as fichas referidas (Anexo 1 e Anexo 2 desta Circular) estão disponíveis no site da APA em: www.apambiente.pt> INSTRUMENTOS> GASES FLUORADOS - CERTIFICAÇÃO E OUTROS INSTRUMENTOS> Operadores> Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor> Anexos> Modelo - Comunicação de dados (Art.º 4º do Decreto-Lei nº 56/2011); Registo de Aplicação/ Equipamento (RAE).*
- 1.2 *Enquanto não está disponível para este efeito o Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), a comunicação de dados deve ser efetuada através do envio do documento “Modelo para a Comunicação de Dados no âmbito do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 56/2011” devidamente preenchido para o endereço de e-mail ods.fgas@apambiente.pt*
- 1.3 *1.3 - Além disso, a referida ficha RAE deverá encontrar-se junto ao equipamento com a inscrição dos registos de todas as intervenções, desde o início da instalação do equipamento. Esse registo é normalmente manuscrito, podendo ser transcrito para suporte informático para arquivo e consulta remota.*
- 1.4 *1.4 - Os métodos de controlo e deteção de fugas, assim como os procedimentos de registo na Ficha RAE, são os descritos no Regulamento (CE) nº 1516/2007 que se junta em anexo (**Anexo 3**).*

CASO II

Regulamento (CE) nº 1005/2009 – DETECÇÃO DE FUGAS e REGISTO DE DADOS de manuseamento de fluidos frigorigéneos que afectam a camada de ozono (ODS) pelas empresas de AVAC&R, através dos seus Técnicos certificados dos Grupos A, B ou C:

Realça-se as obrigações das *empresas* (leia-se *proprietários* ou *detentores*) que exploram equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor, cuja definição se insere na



alínea e) do nº 26 do Art.º 3º Definições, do Regulamento (CE) nº 1005/2009, de 16 de Setembro de 2009, que revoga o Regulamento (CE) nº 2037/2000, de 29 de Junho de 2000.

Assim é que, segundo o **Art.º 23º Fugas e emissões de substâncias regulamentadas**, do Regulamento (CE) nº 1005/2009, sobre as referidas empresas vossas clientes recaem diversas obrigações que passamos a salientar:

1º) Detecção periódica de fugas

Segundo o nº2 do Art.º 23º, alíneas a), b) e c), do Regulamento (CE) nº 1005/2009, que aqui se reproduzem:

“As empresas que explorem equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor, ..., incluindo os seus circuitos, que contenham substâncias regulamentadas devem assegurar que os equipamentos ou sistemas fixos:

- Com uma carga de fluido de substâncias regulamentadas **igual ou superior a 3 kg** sejam controladas para detecção de fugas pelo menos uma vez de **doze em doze meses**; este requisito não se aplica aos equipamentos com sistemas hermeticamente fechados que estejam rotulados como tal e contenham menos de 6 kg de substâncias regulamentadas;*
- Com uma carga de fluido de substâncias regulamentadas **igual ou superior a 30 kg** sejam controladas para detecção de fugas pelo menos uma vez de **seis em seis meses**;*
- Com uma carga de fluido de substâncias regulamentadas **igual ou superior a 300 kg** sejam controladas para detecção de fugas pelo menos uma vez de **três em três meses**,*

e que as fugas detectadas sejam reparadas o mais rapidamente possível e, no máximo, no prazo de 14 dias (o sublinhado é nosso).

O equipamento ou sistema deve ser controlado para detecção de fugas no prazo de um mês a contar da reparação de uma fuga, afim de assegurar a eficácia da reparação” (o sublinhado é nosso).



2º) Registos de dados

As empresas clientes dos Associados (leia-se *proprietários* ou *detentores*) que exploram equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor, ... , devem manter um registo actualizado das quantidades de fluidos frigorigéneos manuseadas em cada circuito frigorífico, adicionadas ou recuperadas durante as operações de manutenção, assistência técnica e eliminação final do equipamento, segundo o nº3 do Art.º 23º do referido Regulamento (CE) nº 1005/2009.

Nota:

As quantidades manuseadas de fluido frigorigéneo, bem como a natureza das operações, são as constantes das Fichas de Intervenção, segundo o Anexo II do Decreto-Lei nº 35/2008, de que se anexa o novo modelo retirado do site da APA (Anexo 4) a esta Circular.

CONCLUSÃO FINAL

Embora as obrigações atrás referidas sejam da responsabilidade dos clientes, convém que a v/ empresa avise os interessados desse facto, pois muitos não estarão atentos a esta obrigação legal, a não ser - eventualmente - empresas clientes possuidoras de Certificação de Qualidade, o que normalmente as conduz a preocupações deste tipo. Realçamos que a inobservância destas obrigações, bem como dos procedimentos de registo, e, ainda o recurso a técnicos não certificados, por parte dos clientes, infringe a legislação, podendo resultar daí contra-ordenações nos termos previstos no Art.º18º do Decreto-Lei nº 56/2011, no que respeita aos F-Gases, e no Art.º 11.º do Decreto-Lei nº 35/2008, no que respeita aos ODS.

A Direcção

Anexos:

- Anexo 1 – Ficha RAE de Registo de Aplicação/ Equipamento
- Anexo 2 – Ficha de Comunicação de Dados
- Anexo 3 – Regulamento (CE) nº 1516/2007
- Anexo 4 – Fichas de Intervenção, segundo o Anexo II do Decreto-Lei nº 35/2008

FICHA RAE - REGISTO DE APLICAÇÃO/EQUIPAMENTO

(Regulamento (CE) Nº842/2006; Decreto-Lei Nº56/2011; Regulamento (CE) Nº151672007)

1. Identificação do Equipamento		
Nome do Operador do equipamento:		
Endereço:		
Número de Telefone:		
Designação do Equipamento:		Referência n.º:
Descrição:		Hermeticamente Fechado? (Sim/Não)
Localização:		Data de instalação:

2. Adição de Fluido Frigorígeno

[illegible]

4. Detecção de Fugas

[illegible]

[illegible]

REGULAMENTO (CE) N.º 1516/2007 DA COMISSÃO**de 19 de Dezembro de 2007**

que estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a detecção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006, relativo a determinados gases fluorados com efeito de estufa ⁽¹⁾, nomeadamente o n.º 7 do artigo 3.º,

Considerando o seguinte:

(1) Nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006, os registos de equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor devem conter determinadas informações. Para garantir a boa execução do Regulamento (CE) n.º 842/2006, é conveniente fornecer mais informações nos registos dos equipamentos.

(2) Os registos dos equipamentos devem incluir informações sobre a carga de gases fluorados com efeito de estufa. Quando se desconheça a carga de gases fluorados com efeito de estufa, o operador do equipamento em causa deve assegurar que a carga seja determinada por pessoal acreditado, para facilitar a detecção de fugas.

(3) Antes de proceder à detecção de fugas, o pessoal acreditado deve analisar as informações que constem dos registos do equipamento, de modo a determinar ocorrências anteriores, e consultar relatórios precedentes.

(4) Para assegurar uma boa detecção de fugas, os controlos devem incidir nas partes do equipamento com maior probabilidade de as registarem.

(5) As detecções devem ser efectuadas através de métodos de medição directos ou indirectos. Os métodos de medição directos identificam fugas através da utilização de dispositivos de detecção que determinam a existência de fugas da carga de gases fluorados com efeito de estufa. Os métodos de medição indirectos baseiam-se na identificação do desempenho anormal do sistema e na análise de parâmetros relevantes.

(6) Os métodos de medição indirectos devem aplicar-se nos casos em que a fuga ocorra muito lentamente e o equipamento esteja colocado num ambiente bem ventilado que dificulte a detecção de gases fluorados com efeito de estufa que se escapem do sistema para o ar. São necessários métodos de medição directos para localizar a fuga com precisão. A decisão quanto ao método de medição a utilizar deve ser tomada por pessoal acreditado, com a formação e experiência devidas para determinar, caso a caso, qual o método de medição mais adequado.

(7) Sempre que haja suspeitas de fuga, estas devem ser verificadas para poderem ser identificadas e reparadas.

(8) Para garantir a segurança do sistema reparado, o controlo pós-reparação previsto no Regulamento (CE) n.º 842/2006 deve incidir nas partes do sistema onde se detectou a fuga e nas partes contíguas.

(9) A instalação defeituosa de novos sistemas constitui importante risco de fuga. Consequentemente, devem controlar-se as fugas nos sistemas recentemente instalados imediatamente após a sua entrada em funcionamento.

(10) As medidas previstas no presente regulamento estão conformes com o parecer do Comité das Comunicações criado pelo n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽²⁾,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006, as disposições normalizadas para a detecção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, activos e temporariamente fora de serviço, que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa.

⁽¹⁾ JO L 161 de 14.6.2006, p. 1.

⁽²⁾ JO L 244 de 29.9.2000, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 2007/540/CE da Comissão (JO L 198 de 31.7.2007, p. 35).

O presente regulamento não se aplica aos equipamentos com sistemas hermeticamente fechados que estejam rotulados como tal e contenham menos de 6 kg de gases fluorados com efeito de estufa.

Artigo 2.º

Registos dos equipamentos

1. O operador deve indicar o seu nome, endereço postal e número de telefone nos registos mencionados no n.º 6 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 842/2006, seguidamente designados por «registos dos equipamentos».

2. A carga de gás fluorado com efeito de estufa para os equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor deve ser indicada nos registos dos equipamentos.

3. Quando a carga de gás fluorado com efeito de estufa para equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor não constar nas especificações técnicas do fabricante, o operador deve assegurar a sua determinação por pessoal acreditado.

4. Quando a causa da fuga seja identificada, esta informação deve constar dos registos dos equipamentos.

Artigo 3.º

Controlo dos registos dos equipamentos

1. Antes de proceder à detecção de fugas, o pessoal acreditado deve controlar os registos dos equipamentos.

2. Deve dar-se especial atenção às informações pertinentes sobre questões recorrentes e áreas problemáticas.

Artigo 4.º

Controlos sistemáticos

Devem ser controladas sistematicamente as seguintes partes dos equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor:

1. Juntas;
2. Válvulas, incluindo hastes;
3. Vedantes, incluindo em secadores e filtros amovíveis;
4. Partes do sistema sujeitas a vibração;
5. Ligações a dispositivos de segurança ou funcionamento.

Artigo 5.º

Seleção do método de medição

1. Ao proceder à detecção de fugas relativamente a equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor,

cabe ao pessoal acreditado aplicar um método de medição directo, nos termos do previsto no artigo 6.º ou um método de medição indirecto, nos termos do previsto no artigo 7.º

2. Podem aplicar-se sempre métodos de medição directa.

3. Os métodos de medição indirecta só podem ser aplicados quando os parâmetros dos equipamentos a analisar, referidos no n.º 1 do artigo 7.º, contenham informações seguras sobre a carga de gases fluorados com efeito de estufa indicada nos registos dos equipamentos e a probabilidade de fuga.

Artigo 6.º

Métodos de medição directos

1. Para detectar fugas, o pessoal acreditado deve usar um ou mais dos seguintes métodos de medição directos:

- a) Verificação dos circuitos e componentes que apresentam risco de fuga, com dispositivos de detecção de gases adaptados ao refrigerante do sistema;
- b) Aplicação de fluido de detecção de ultravioletas (UV) ou de um corante adequado no circuito;
- c) Soluções exclusivas de espuma/água com sabão.

2. Os dispositivos de detecção de gases mencionados no n.º 1, alínea a), devem ser verificados de 12 em 12 meses, de modo a assegurar o respectivo funcionamento. A sensibilidade mínima dos dispositivos portáteis de detecção de gases deve ser de 5 gramas por ano.

3. A aplicação de fluidos de detecção UV ou corantes adequados no circuito de refrigeração está dependente da aprovação do fabricante dos equipamentos, indicando que tais métodos são tecnicamente possíveis. O método será aplicado apenas por pessoal acreditado para o exercício de actividades que impliquem a violação de circuitos de refrigeração que contêm gases fluorados com efeito de estufa.

4. Quando os métodos especificados no n.º 1 do presente artigo não identifiquem uma fuga e as partes referidas no artigo 4.º não revelem nenhum sinal de fuga, mas o pessoal acreditado entender que existe uma fuga, este deve proceder à inspecção de outras partes dos equipamentos.

5. Antes de verificar a pressão com azoto isento de oxigénio ou outro gás adequado para verificar a pressão na detecção de fugas, o pessoal acreditado para o efeito deve proceder à recuperação dos gases fluorados com efeito de estufa de todo o sistema.

Artigo 7.º**Métodos de medição indirectos**

1. Para identificar fugas, o pessoal acreditado procede a controlos visuais e manuais dos equipamentos e analisa um ou mais dos parâmetros seguintes:

- a) Pressão;
- b) Temperatura;
- c) Corrente do compressor;
- d) Níveis de líquido;
- e) Volume de recarga.

2. À menor suspeita de fuga de gás fluorado com efeito de estufa deve proceder-se à respectiva verificação usando um método directo, nos termos do especificado no artigo 6.º

3. Constitui suspeita de fuga uma ou mais das situações seguintes:

- a) Indicação de fuga pelo sistema fixo de detecção de fugas;
- b) O equipamento produz ruídos inabituais, vibração, formação de gelo ou capacidade de refrigeração insuficiente;
- c) Indicações de corrosão, fugas de óleo e danos nos componentes ou material, em pontos de fuga possíveis;
- d) Indicações de fuga em visores ou indicadores de nível ou outros dispositivos visuais;
- e) Indicações de danos em interruptores de segurança ou pressão, contadores e ligações de sensores;
- f) Desvios das condições operacionais normais indicadas pelos parâmetros analisados, incluindo pelas leituras de sistemas electrónicos em tempo real;
- g) Outros indícios de perda de carga de refrigeração.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 19 de Dezembro de 2007.

Artigo 8.º**Reparação de fugas**

1. O operador deve assegurar que as reparações sejam efectuadas por pessoal acreditado para o desempenho dessas actividades específicas.

Antes de proceder à reparação, e sempre que necessário, deve proceder-se a bombagem ou a recuperação.

2. Quando necessário, o operador deve assegurar a realização de um ensaio de estanqueidade com azoto isento de oxigénio ou outro gás adequado para a verificação da pressão e secante, seguido da evacuação, recarga e detecção de fugas.

Antes de verificar a pressão com azoto isento de oxigénio ou outro gás adequado para verificar a pressão, quando necessário, deve proceder-se à recuperação dos gases fluorados com efeito de estufa de toda a aplicação.

3. Na medida do possível, deve identificar-se a causa da fuga, para evitar repetições.

Artigo 9.º**Controlo pós-reparação**

Ao efectuar o controlo pós-reparação mencionado no n.º 2, segundo parágrafo, do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 842/2006, o pessoal acreditado deve concentrar-se nas áreas onde foram detectadas e reparadas fugas, bem como nas áreas contíguas, quando tenha sido exercida pressão durante a reparação.

Artigo 10.º**Requisitos dos equipamentos recentemente instalados**

Devem controlar-se as fugas nos equipamentos recentemente instalados imediatamente após a respectiva entrada em funcionamento.

Artigo 11.º**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Pela Comissão
Stavros DIMAS
Membro da Comissão

FICHA DE INTERVENÇÃO

(De acordo com o Anexo II do Decreto-Lei nº 35/2008)

1. N.º de Ficha de Intervenção: _____

2. Identificação do Proprietário/Detentor do Equipamento:

Nome: _____

Morada: _____

Contacto (telefone, telemóvel, fax ou e-mail): _____ NIF: _____

3. Identificação do(s) Técnico(s) Responsável(eis) pela Intervenção:

Nome: _____

Morada: _____

Contacto (telefone, telemóvel, fax ou e-mail): _____ NIF: _____

☐ Grupo A Certificado nº: _____

Nome: _____

Morada: _____

Contacto (telefone, telemóvel, fax ou e-mail): _____ NIF: _____

Grupo B Certificado nº: _____

Nome: _____

Morada: _____

Contacto (telefone, telemóvel, fax ou e-mail): _____ NIF: _____

☐ Grupo C Certificado nº: _____

4. Características do Equipamento e Identificação do Fluido Frigorígeno contido no Equipamento:

☐ Equipamento de Refrigeração

☐ Equipamento de Ar Condicionado

☐ Bomba de Calor

☐ Sistema Reversível de Ar Condicionado/Bomba de Calor

Marca: _____ Modelo: _____

Nº de Série: _____ Data de Fabrico (dd/mm/aaaa): _____

Designação Química do Fluido: _____

Fórmula Química do Fluido: _____

Código da Lista Europeia de Resíduos, Publicado na Portaria nº 209/2004, de 3 de Março, aplicável ao fluido: _____

Carga de Fluido (kg): _____ Capacidade de Refrigeração (kW): _____

Informação adicional sobre a localização do equipamento: _____

FICHA DE INTERVENÇÃO
(De acordo com o Anexo II do Decreto-Lei nº 35/2008)

5. Intervenção(ões) Efetuada(s):

5.1) Tipo(s) de Intervenção(ões):

- ☐ Traslêga de Fluido
- ☐ Manutenção/Assistência, incluindo Detecção de Fugas
- ☐ Recuperação para Análise do Fluido
- ☐ Recuperação antes da Desmontagem ou Remoção de Parte ou Totalidade dos Equipamentos Principais
- ☐ Recuperação antes da Desmontagem ou Remoção de Acessórios e/ou Equipamento Auxiliar do Circuito Primário
- ☐ Recuperação sem Desmontagem e/ou Remoção do Equipamento
- ☐ Reciclagem de Fluido
- ☐ Valorização de Fluido
- ☐ Destruição de Fluido

5.2) Recuperação de Fluido Frigorígeno (preencher apenas se tiver sido efetuada recuperação de fluido):

- Recuperado: ____ (kg)
- Para efeitos de:
- ☐ Recarga no Mesmo Equipamento
 - ☐ Destruição
 - ☐ Reciclagem
 - ☐ Valorização

5.3) Nova Carga (preencher apenas se for efetuada carga de fluido no equipamento):

- ____ (kg) Recuperado do Mesmo Equipamento
- ____ (kg) Reciclado
- N.º da Ficha de Intervenção associada
 à recuperação do fluido reciclado utilizado: _____
- ____ (kg) Valorizado
- N.º do Lote: _____
- Nome da Instalação de Valorização: _____
- Morada da Instalação de Valorização: _____
- ____ (kg) Novo Fluido* (não é possível utilizar CFC ou HCFC virgem)
- Identificação do Fluido: _____

* Se o novo fluido for um gás fluorado, as intervenções deverão ser registadas pelo técnico certificado no caderno de registo fornecido pelo Organismo de Certificação. A empresa detentora do equipamento deverá exigir ao técnico uma cópia da ficha do caderno de registo e com base nessa informação preencher o Registo da Aplicação/Equipamento (RAE) cujo modelo poderá ser obtido no portal da Agência Portuguesa do Ambiente.

6. Observações

Local: _____

Data (dd/mm/aaaa): _____

O(s) Técnico(s) Responsável(eis),

O Proprietário/Detentor,

